

Segunda-feira

Teresina, 10 de outubro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



(86) 98889-9588

• ANO XXX Número 10.908

• www.diariodopovo-pi.com.br

• Piauí: R\$ 2,00 - Outros Estados R\$ 3,50

■ PREFEITOS ELEITOS

TCE-PI vai fiscalizar transição para evitar danos nos municípios

Foto: Divulgação

O objetivo é garantir que os serviços nos municípios não sofram descontinuidade com a mudança de gestão

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) vai acompanhar de perto todos os atos dos atuais prefeitos municipais, nesses últimos 80 dias de gestão, para evitar eventuais medidas ou decisões que possam colocar em risco a futura gestão. O objetivo é garantir que os serviços, obras e obrigações dos municípios não sofram descontinuidade em função da mudança de gestão, nem a população seja prejudicada com eventuais atos dos atuais prefeitos, explica o presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes.



CONSELHEIRO LUCIANO NUNES: a população não será penalizada pelas mudanças na administração

normalidade da gestão nesses últimos três meses e dar aos prefeitos eleitos as condições

dos, por conta das inevitáveis rivalidades e divergências político-administrativas. Nesses ca-

da Instrução Normativa 01, de novembro de 2012. "Aos atuais prefeitos não cabe questio-

Para isso, os prefeitos eleitos em 2 de outubro devem instituir equipes de transição para acompanhar o funcionamento dos órgãos da administração municipal e preparar os atos do futuro gestor. “As equipes de transição devem inteirar-se do funcionamento dos órgãos da administração municipal, dos serviços e licitações em andamento e ter acesso às informações necessárias ao bom andamento da gestão. O objetivo é garantir a

de assumir sem risco de descontinuidade de algum serviço”, explica Luciano.

O conselheiro-substituto Jaylson Campelo disse que o objetivo do trabalho das equipes e transição é garantir a normalidade da administração e a boa e regular aplicação dos recursos públicos nesses últimos dias dos atuais gestores. Essa fiscalização será mais rigorosa nos municípios em que os atuais prefeitos perderam a eleição ou tiveram seus candidatos derrotados,

aumenta a importância das equipes de transição.

“A transição é importante porque vai garantir a normalidade da administração, independentemente se o prefeito ganhou ou perdeu a eleição”, diz ele. Jaylson Campelo explica que a formação e funcionamento da equipe de transição estão assegurados em lei aprovada pela Assembleia Legislativa e em instrução normativa do próprio TCE-PI – trata-se da Lei 6.253/2012 e

nar nem oferecer resistência ao trabalho das equipes de transição, mas colaborar, de forma transparente e sem restrições, com o que for solicitado pelos membros dessas equipes”, afirma ele.

A Lei 6.253/2012 diz que a equipe de transição pode ser instituída e começar a trabalhar a partir do segundo dia útil depois da eleição e terá pleno acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do município.

Prefeitos têm restrições em atos de gestão

O conselheiro-substituto Jaylson Campelo alertou que os atuais prefeitos, apesar da autonomia administrativa dos municípios, têm limitações e restrições em medidas e atos de gestão nesses últimos três meses de administração. Eles não podem, por exemplo, contratar e realizar licitações que possam colocar em risco o equilíbrio das receitas e a administração dos futuros prefeitos.

“Os atuais prefeitos têm algumas limitações, porque daqui a menos de três meses estarão passando os municípios para outros gestores. Por isso, não podem, por exemplo, realizar licitações que vão criar despesas para as futuras gestões sem o acompanhamento das equipes de transição indicadas pelos prefeitos eleitos”, cita ele. “No caso de ocorrer algum ato que a equipe de transição jul-

gue lesivo à administração, ela mesma deve entrar com representação junto ao TCE-PI, ao Ministério Público e outros órgãos de fiscalização e controle para as providências devidas”.

Jaylson Campelo explica que essas restrições estão previstas na instrução do TCE-PI que normatiza o funcionamento das equipes de transição de governo. Ela diz que compete à equipe de tran-

sição acompanhar a realização das licitações necessárias à contratação de serviços de transporte de alunos, de limpeza pública, locação de veículos, de fornecimento de medicamentos, combustíveis e outros. Deve ainda se inteirar da prestação de contas dos recursos federais e estaduais recebidos por meio de convênios e outros instrumentos congêneres.

■ CÂMARA DE PARNAÍBA

Vereador contesta bloqueio de contas

O presidente da Câmara Municipal de Parnaíba, Gustavo Lima, assegurou que as prestações de contas do seu mandato com o gestor do Legislativo foram conduzidas dentro do mais absoluto zelo e transparência. Ele garante que as contas da Câmara de Parnaíba nunca foram bloqueadas. Segundo o vereador, o TCE-PI cometeu um equívoco ao incluir a Câmara de Parnaíba na lista.

Ele contesta a informação do Tribunal de Contas do Estado que divulgou o bloqueio de 21 prefeituras e doze Câmaras Municipais, por problemas de inadimplência na apresentação das prestações de contas.

O pedido de bloqueio foi feito pelo Ministério Público de Contas, através do procurador Plínio Valente, e foi acatada



VEREADOR GUSTAVO LIMA: presidente da Câmara de Parnaíba

por unanimidade dos conselheiros. Os prefeitos e presidentes das Câmaras deixaram de apresentar os balancetes mensais no sistema do TCE-PI.

“Reiteramos nossa postura

de lisura transparência e condução com zelo absoluto a frente desta Casa, como assim fizemos em todos os nossos mandatos como presidente da Câmara de Parnaíba”, diz

Gustavo Lima, em nota.

Ele disse que tomou conhecimento do fato por terceiros, motivo pelo qual foi pego de surpresa, nos causando profunda estranheza. “Nossa assessoria contábil, jurídica e nós mesmos pessoalmente, tomamos as devidas providências imediatamente”, acrescentou.

“As contas da Câmara Municipal de Vereadores de Parnaíba nunca foram bloqueadas. Houve equívoco do TCE ao colocar-nos na lista de inadimplência pela ausência de documentação comprobatória, sendo que cumprimos rigidamente todo o protocolo que rege a Lei de Responsabilidade Fiscal e seus princípios básicos de prestação de contas, como assim sempre fizemos”, finalizou o presidente da Câmara de Parnaíba.

Simpósio da Sobrea em Teresina

Teresina sediará de 21 a 25 de novembro o VII Simpósio da Sociedade Brasileira de Engenharia de Avaliações. O evento discutirá temas como valores de imóveis e custo de obras, viabilidade de construções e políticas públicas que impactam direta e indiretamente no mercado imobiliário.

Além das palestras e seminários, o Simpósio terá dois dias (21 e 22 de novembro) para cursos. O evento acontecerá no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). O presidente nacional da Sobrea, engenheiro Rubens Dantas Alves, e o vice-presidente executivo da entidade no Piauí, engenheiro Fred Castelo Branco, destacam que o evento é fundamental para quem trabalha com imóveis ou pretende investir no mercado imobiliário.

Mais queda no FPM

Será de R\$ 2.098.884.367,55 o primeiro repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deste mês, que cai hoje na conta das prefeituras de todo o país. A informação é da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). O valor não inclui os recursos destinados ao financiamento da Educação. Ao considerar o percentual do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), valores brutos, o montante a ser distribuído entre as prefeituras sobe para 2.623.605.459,44.

Segundo levantamento da CNM, em termos nominais, o Fundo apresenta crescimento de 3,19% em comparação com o primeiro decênio de outubro de 2015, sem considerar os efeitos da inflação. Quando se considera o impacto inflacionário, porém, o repasse apresenta redução expressiva de 4,09% em seu valor real, comparado ao primeiro decênio de outubro do ano passado.

Do início do ano até agora, o FPM acumula R\$ 62,604 bilhões, nominalmente. Pouco menos que o montante repassado no mesmo período do ano passado, de R\$ 62,788 bilhões. Nesse aspecto, os economistas da CNM esclarecem que, em termos nominais, o somatório dos repasses reduziu 0,29%, e isso significa menos recursos no valor efetivamente transferido.

"É importante frisar que no montante acumulado no ano não estão incluídos os valores do 0,5% de 2015 e o 0,75% de 2016, decorrente da emenda constitucional 84/2014, que foi uma conquista da CNM", indica o levantamento. Ainda conforme o documento, ao considerar os efeitos danosos da inflação, o Fundo em 2016 tem retração bem mais expressiva: 8,89% menor do que o mesmo período do ano anterior.

Mesmo com aparente aumento no Fundo, a CNM relata constantes queixas dos gestores municipais, que apontam a expressiva redução do valor do Fundo. Por se tratar ano final de mandato, a CNM recomenda atenção, mais planejamento e reestruturação dos compromissos financeiros das prefeituras, para que seja possível o fechamento das contas sem que haja ônus para os gestores municipais. *(Com informações da CNM)*

**A CNM RECOMENDA
CAUTELA E
PLANEJAMENTO
DOS PREFEITOS
NOS GASTOS**



EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Ministério Público atualiza lista de condenados para pedir prisão

Foto: Divulgação

Na relação tem gestores e ex-gestores que devem ir para prisão cumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal.

LUCIANO COELHO
 REPÓRTER DE POLÍTICA

O Ministério Público do Piauí solicitou aos tribunais uma lista atualizada dos condenados em segundo instância para dar cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que mandou recolher os condenados pelos tribunais, mesmo que estejam recorrendo da decisão. O MPE tem uma atenção especial com gestores públicos.

De posse da lista, os promotores de Justiça irão pedir a prisão dos citados, inclusive ex-prefeitos e ex-gestores. O Supremo decidiu que um réu condenado na segunda instância deverá cumprir pena de prisão, ainda se estiver recorrendo aos Tribunais Superiores. Até então, os réus podiam recorrer em liberdade.

O Ministério Público também solicitou a lista dos condenados por crimes comuns no Tribunal de Justiça. O procurador Geral de Justiça, Cleandro Moura, está tratando



PROCURADOR DE JUSTIÇA, Cleandro Moura solicitou os dados aos tribunais de Justiça e Eleitoral

do da atuação conjunta com o MPF para dar cumprimento às decisões, com o objetivo de evitar a impunidade.

Cleandro Moura disse que as

Cleandro Moura disse que as medidas conferem eficiência e celeridade à prestação jurisdicional, além de representarem um marco importante para o fim da impunidade no país. Sobre os políticos condenados, "Nosso intuito é retirar os maus políticos da vida

pública, coibindo o uso abusivo de recursos como meio para adiar o início do cumprimento das penas", afirmou Cleandro Moura.

Agora ele, quer ultimar as

Agora ele, quer ultimar as providências que garantam o início da execução das penas condenatórias após a confirmação das sentenças em segundo grau.

Segundo dados do MPF, nos últimos meses a Justiça Federal

condenou cerca de 20 ex-prefeitos no Piauí, em decorrência de ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal. A maioria por improbidade administrativa e desvio de dinheiro público.

As condenações vão por uso indevido de recursos de programas federais, problemas em prestações de contas e até supostos desvios. Todos os apenados recorreram das decisões.

JORNAL meio norte



TEMPERATURA: Máxima: 35°C
Mínima: 25°C

ANO XXI - Nº 8842 - TERESINA (PI), SÁBADO, 8 DE OUTUBRO DE 2016

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50



MEDICAMENTOS

O Ministério Público Federal (MPF) ofereceu denúncia contra o prefeito de Santa Rosa do Piauí, Edgar Castelo Branco, a ex-prefeita da cidade, Maria Telma Tenório Pinheiro, a ex-secretária municipal de Finanças, Conceição de Maria Ferreira de Sousa, e a nutricionista Nádia Carvalho Rocha por irregularidades na aplicação de verbas do Ministério da Saúde, destinadas à execução de programas de Atenção Básica em Saúde, Saneamento Rural e de Assistência Farmacêutica e Insumos.

INVESTIGAÇÃO

De acordo com investigação feita pela Controladoria Geral da União (CGU), a Prefeitura de Santa Rosa do Piauí efetuou diversos pagamentos utilizando recursos de programas assistenciais para fins alheios aos permitidos. Entre eles, parcelas mensais pagas à nutricionista com acréscimo de 89,21% cada, entre junho de 2009 e abril de 2010, totalizando prejuízo de R\$ 15 mil.

RECURSOS PÚBLICOS

Proposta orçamentária enviada pelo Governo à Assembleia prioriza as Secretarias de Saúde e Educação com os maiores repasses de recursos em 2017

Orçamento para 2017 prioriza saúde e educação

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA

Encaminhada pelo Governo do Estado nesta semana à Assembleia Legislativa, a proposta orçamentária de 2017 priorizará áreas consideradas primordiais pela população piauiense: a saúde e a educação. Os setores, que historicamente contam com percentuais de investimentos dispostos pela legislação federal, abarcarão R\$ 1,827 bilhão e R\$ 1,007 bilhão, respectivamente. O volume só não é maior ao que será repassado para a Secretaria de Administração e Previdência, que atinge R\$ 1,9 bilhão. As despesas que abrangem também o pagamento dos servidores impõe para a garantia da prestação dos serviços à comunidade.

O orçamento de 2017 fixa um crescimento nominal de 1,02%, o número reflete a dificuldade dos Governos Esta-



DEPUTADOS irão debater Orçamento do Estado para 2017

duais em elaborar uma proposta coerente ao atual momento econômico enfrentado pelo país. O repasse projetado pelo Piauí para despesas do Poder Executivo é de R\$ 7,8 bilhões, com a queda nas transferências federais aos Estados e municípios, e os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a

materia conduz para a cautela com qualquer ação financeira adotada pelos entes ao longo do ano que vem, dentre as quais pode ser incluído aumento para os servidores, ou a contratação de pessoal.

Segundo a proposta, os aparelhos de Segurança do Estado, outro reclame constante dos piauienses, vai an-

1,8

BILHÃO de reais deverá ser repassado para custeio e investimentos na área da saúde em 2017

gariar um volume de despesas acima de R\$ 600 milhões, apenas a SSP (Secretaria de Segurança Pública) tem montante previsto de R\$ 212,9 milhões; a Polícia Militar, R\$ 325 milhões. A pasta de Justiça, liderada pelo secretário Daniel Oliveira, que vem tendo grande demanda, principalmente no que tange a contratação de novos agentes penitenciários, aparece na descrição orçamentária com recursos na ordem de R\$ 108,7 milhões.

Governo projeta R\$ 534,8 milhões ao Judiciário

Na peça orçamentária confeccionada pela Secretaria de Planejamento, o Executivo tem a previsão de despesas de R\$ 7,8 bilhões. O Judiciário aparece com o segundo maior orçamento na proposta, que começará a ser discutida na Assembleia na próxima semana. O montante estimado pelo Governo é menor do que o solicitado pelo Tribunal de Justiça do Piauí, que pediu orçamento de R\$ 582,1 milhões para o próximo ano, dentro das capacidades financeiras observadas pela

equipe responsável por planejar a matéria, o valor apresentado foi de R\$ 534,8 milhões ao TJ, R\$ 7,4 milhões para o Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário, e R\$ 5,2 milhões para a Corregedoria Geral de Justiça.

Os valores poderão ser contestados ou negociados a partir das audiências públicas que serão realizadas, a peça tem que ser votada antes do recesso parlamentar, previsto para o mês de dezembro. Para o Legislativo o valor fixado foi de R\$

314,5 milhões. O secretário de Planejamento do Piauí, Antônio Neto, congregou o trabalho dos entes em torno de um entendimento, já que houve a frustração nos repasses federais, o que provocou um impacto negativo no erário. "Houve uma queda muito grande da receita e a projeção do crescimento de receita para 2017 não são animadoras, pensávamos que íamos superar a crise, pelo contrário, ela se aprofundou. Nós hoje temos uma dificuldade muito

grande no país, estão demitindo, não há investimentos, os investimentos caíram, então nós estamos vivendo uma grande crise do ponto de vista nacional e o Piauí começa a sentir os efeitos e isso nos aponta uma dificuldade financeira, orçamentária muito grande", afirmou.

A informação é confirmada pelo secretário de Fazenda, Rafael Fonteles, que sinalizou para as dificuldades que os órgãos estão tendo com o agravamento da crise econômica. (F.T.)

CONDENAÇÃO

O Ministério Público Federal no Piauí (MPF/PI) obteve na 1ª Vara da Justiça Federal a condenação do ex-prefeito de Pavussu, Josimar da Costa e Silva, por improbidade administrativa cometida durante seu mandato. Cabe recurso contra a decisão. O ex-gestor não prestou contas de convênio com o Ministério da Saúde no montante de R\$ 100 mil. Josimar deverá ressarcir R\$ 80 mil.

PEC dos gastos públicos começa a ser votada nesta 2ª feira

10/10/16, 08:55



A Câmara Federal começa a votar a PEC do Teto dos Gastos Públicos (PEC 241) nesta segunda-feira (10). Para o governo, este será o primeiro passo para superar a crise econômica do país. O texto limita - por 20 anos - os gastos federais ao orçamento do ano anterior, corrigido apenas pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que é a inflação oficial do país. Em 2017, por exemplo, o limite orçamentário será o total gasto em 2016, corrigido por 7,2% (inflação esperada). A regra não inclui o pagamento de juros da dívida, mas vale tanto para gastos do Executivo, como do Senado, da Câmara, do Tribunal de Contas da União, MPU, Defensoria Pública, STF, STJ, CNJ e todas as justiças.

Confiante na aprovação da proposta, o governo espera contar com mais de 350 votos. A afirmação é do ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, responsável pela articulação política do governo.

Link: <http://cidadeverde.com/economiaenegocios/79691/pec-dos-gastos-publicos-comeca-a-ser-votada-nesta-2-feira>

Primeiro repasse do FPM de outubro será de R\$ 2 bilhões, informa CNM



Imprimir

O primeiro repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deste mês será de R\$ 2.098.884.367,55 – sem considerar os recursos destinados ao financiamento da Educação. Ao considerar do percentual do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), valores brutos, o montante a ser distribuído entre as Prefeituras, nesta segunda-feira, 10 de outubro, chega a 2.623.605.459,44.

Confira também

As campanhas dos finalistas do Campeonato Piauiense

Prazo para cadastramento biométrico termina dia 21 de março

NUCA de São João do Piauí será lançado neste sábado (18)

São João do Piauí ganha primeiro Núcleo de Cidadania dos Adolescentes

Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), em termos nominais, o Fundo apresenta crescimento de 3,19% em comparação com o primeiro decêndio de outubro de 2015, sem considerar os efeitos da inflação. Quando se considera o impacto inflacionário, o decêndio apresenta redução expressiva de 4,09% no valor real dos repasses.

Do início do ano até agora, o FPM acumula R\$ 62,604 bilhões, nominalmente. Pouco menos que o montante repassado no mesmo período do ano passado, de R\$ 62,788. Nesse aspecto, os economistas da Confederação esclarecem que, em termos nominais, o somatório dos repasses reduziu 0,29%, e isso significa menos recursos no valor efetivamente transferido.

Método estranho ajuda na memória



Cientistas estão chocados com o resultado deste segredo
optimemory-br.com

Acumulado

“É importante frisar que no montante acumulado no ano não estão incluídos os valores do 0,5% de 2015 e o 0,75% de 2016, decorrente da emenda constitucional 84/2014, que foi uma conquista da CNM”, indica o levantamento. Ainda conforme o documento, ao considerar os efeitos danosos da inflação, o Fundo em 2016 tem retração bem mais expressiva: 8,89% menor do que o mesmo período do ano anterior.

Mesmo com aparente aumento no Fundo, a CNM relata constantes queixas dos gestores municipais, que apontam a expressiva redução do valor do Fundo. Por se tratar ano final de mandato, a CNM recomenda atenção, mais planejamento e reestruturação dos compromissos financeiros das Prefeituras,

para que seja possível o fechamento das contas sem que haja ônus para os gestores municipais.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/231602/primeiro-repasse-do-fpm-de-outubro-sera-de-r-2-bilhoes-informa-cnm>

Prefeito Wesley de Deus é denunciado ao Tribunal de Contas

A empresa alega que a “não disponibilização do edital em tempo hábil fere o direito e a Legitimidade de todos os cidadãos, afinal é garantido ao cidadão direito de impugnar ou esclarecer dúvidas”.


BÁRBARA RODRIGUES

09/10/2016 @ 07h59 - atualizado @ 08h50

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) recebeu denúncia contra o prefeito de Aroeiras do Itaim, Wesley Gonçalves de Deus (PTB), por supostas irregularidades na realização de licitação para aquisição de equipamentos e material permanente para equipar postos de saúde do município.

A denúncia foi apresentada pela empresa SIEG Edital, que disponibilizou no Tribunal de Contas uma série de e-mails onde pede da prefeitura informações sobre a Tomada de Preços nº 27/2016 e explica que tentou, por vários meios, conseguir o edital para se preparar para a licitação programada para o dia 19 de setembro, mas não conseguiu uma resposta da prefeitura.



Wesley de Deus

Em um desses e-mails a empresa afirma que: “por vários dias tentamos contato através do telefones disponibilizados para contato (89) 3421-8009 que não foi atendido em nenhuma das inúmeras tentativas. Fizemos busca na internet por outros órgãos do município a fim de conseguir outro número de telefone válido, mas não obtivemos sucesso. Esse tipo de atitude por parte de Vossa Senhoria fere o princípio da legalidade, moralidade e publicidade que deve presidir em todo processo de licitação, além de se tornar inconstitucional de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal”.

A empresa alega que a “não disponibilização do edital em tempo hábil fere o direito e a Legitimidade de todos os cidadãos, afinal é garantido ao cidadão direito de impugnar ou esclarecer dúvidas com relação a qualquer processo licitatório”.

No dia 27 de setembro foi encaminhado ofício ao prefeito, para que ele apresente a sua defesa acerca da denúncia. Caso ele não se manifeste, será considerado revel e, portanto, os prazos passarão a correr independentemente de sua intimação. O relator é o conselheiro Kléber Eulálio.

Outro lado

Procurado, o prefeito não foi localizado para comentar o caso.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeito-wesley-de-deus-e-denunciado-ao-tribunal-de-contas-402418.html>

Ex-prefeito Régio Aquino é alvo de ação de improbidade

Em sua defesa, o ex-prefeito Régio Aquino afirmou que Antônio Chico não acostou aos autos do processo nenhum documento idôneo.

BÁRBARA RODRIGUES

08/10/2016 @ 19h09

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

Foto: Divulgação



Prefeito Antônio Chico

Tramita na Comarca de São João do Piauí, uma Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo prefeito de Nova Santa Rita, Antônio Francisco Rodrigues da Silva, mais conhecido como Antônio Chico, contra o ex-prefeito Régio Aquino Leal por supostas irregularidades na sua gestão no município.

Na ação, o atual prefeito acusa que Régio Aquino cometeu atos que configurariam improbidade administrativa após deixar de prestar contas ao Tribunal de Conta do Estado (TCE) referente ao exercício financeiro de 2012, e que isso teria prejudicado o município.

Em sua defesa, o ex-prefeito Régio Aquino afirmou que Antônio Chico não acostou aos autos do processo nenhum documento idôneo que comprove que ele realmente não apresentou devidamente a prestação de contas do município de Nova Santa Rita.

Na quinta-feira, dia 6 de outubro, o juiz Maurício Machado Queiroz Ribeiro fez um despacho, determinando que a Corte de Contas seja notificada para apresentar todas as informações sobre o caso, informando se houve ou não a prestação dessas contas.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/ex-prefeito-regio-aquino-e-alvo-de-acao-de-improbidade-402477.html>

Procuradoria aponta PEC dos gastos como inconstitucional

Em nota, a PGR pede o arquivamento da proposta.

NAYRANA MEIRELES

09/10/2016 @ 08h34



A Procuradoria-geral da República (PGR) enviou ao Congresso Nacional nota técnica pedindo o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que cria um teto para o gasto público, atualmente em tramitação na Câmara.

A PGR propõe uma série de ações, caso o Legislativo “não aceite a inconstitucionalidade”, como a redução do prazo de vigência da medida pela metade. O órgão afirma que a proposta é inconstitucional por ferir a cláusula pétrea da separação dos poderes e ameaça as ações de combate à corrupção da Justiça.

De acordo com informações do *Estadão*, para a PGR, a PEC cria uma ideia de “super órgão” do Poder Executivo que, “a pretexto de trazer a trajetória da dívida pública para níveis sustentáveis, passará a controlar os demais poderes ainda que de maneira indireta, inviabilizando o cumprimento de suas funções constitucionais e institucionais”.



Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles

O texto é assinado pelo procurador da República Peterson de Paula Pereira, que considera que a proposta é “flagrantemente inconstitucional” e “ofende” a independência e autonomia do Judiciário, do Ministério Público e das defensorias públicas.

“A PEC 241 institui o Novo Regime Fiscal pelos próximos 20 anos, prazo longo o suficiente para limitar, prejudicar, enfraquecer o desempenho do Poder Judiciário e demais instituições do Sistema de Justiça e, nesse alcance, diminuir a atuação estatal no combate às demandas de que necessita a sociedade, entre as quais o combate à corrupção”, diz o texto. A PGR afirma que é louvável “fazer melhor, com menos”, mas que vinte anos “há clara extrapolação do limite do razoável”, que pode “minar, corroer, abalar, arruinar diminuir e engessar” o Judiciário.

Entre as sugestões para o projeto, caso o Congresso não aceite a inconstitucionalidade do texto, a PGR propõe que o novo regime fiscal tenha redução do período de vigência pela metade, diminuindo de 20 para dez anos. A PGR propõe também a exclusão do teto de atividades de combate à corrupção e reajuste de pessoa.

Neste sábado (08), o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles afirmou que a PEC que limita o crescimento dos gastos públicos não afetará o apoio para a medida no Congresso. “É legítimo de todos manifestarem sua opinião e defenderem seus interesses”, disse Meirelles a jornalistas em Washington, de acordo com gravação fornecida por sua assessoria de imprensa. Questionado se o parecer da PGR pode reduzir o apoio para a medida, Meirelles disse: “Não acredito. A proposta é uma proposta bastante correta, ponderada, que contempla todos os poderes igualmente e não deixa nenhuma possibilidade de interferência do executivo em poderes específicos”.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/procuradoria-aponta-pec-dos-gastos-como-inconstitucional-402550.html>

Gastos do Poder Executivo para 2017 são fixados em R\$ 7,8 bilhões na lei do orçamento geral

Paulo Fontenele | 9 de Outubro de 2016, 20:31



A Despesa Geral do Estado para o exercício financeiro de 2017 foi fixada em R\$ 9.257.335.807,00. O Executivo fica com a maior fatia do "bolo orçamentário, com R\$ 7.885.699.777,00.

A proposta orçamentária prioriza as áreas da Educação e Saúde, além da gestão pela Secretaria da Administração e Previdência, que teve as despesas fixadas em R\$ 1.958.816.573,00. A Secretaria da Educação com R\$ 1.827.782.577,00 e Secretaria da Saúde, com R\$ 1.007.229.805,00 vão receber maior aporte de recursos

Em relação aos outros poderes, a Assembleia Legislativa teve a despesa fixada em R\$ 314.581.963,00, com o Tribunal de Contas do Estado contemplado com R\$ 107.959.061,00, mais os recursos destinados ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas, orçados em R\$ 8.153.822,00.

O Orçamento Genral do Estado fixou a despesa do Judiciário da seguinte forma: Tribunal de Justiça R\$ 534.892.667,00; Corregedoria Geral da Justiça R\$ 5.259.286,00; Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Piauí R\$ 7.468.000,00; e Escola Judiciária do Estado do Piauí R\$ 2.000.000,00.

A despesa fixada para o Ministério Público: Procuradoria Geral da Justiça R\$ 185.456.302,00; Fundo Especial do Ministério Público R\$ 500.000,00; e Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor R\$ 1.780.000,00.

Link: <https://www.portalaz.com.br/blog/paulo-fontenele/381693/gastos-do-poder-executivo-para-2017-sao-fixados-em-r-78-bilhoes-na-lei->

Primeiro repasse do FPM de outubro será de R\$ 2 bilhões

O FPM apresenta crescimento de 3,19% em comparação com o primeiro decêndio de outubro de 2015, sem considerar os efeitos da inflação

Da Redação do Portal AZ | 8 de Outubro de 2016, 08:45



O primeiro repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deste mês será de R\$ 2.098.884.367,55 – sem considerar os recursos destinados ao financiamento da Educação. Ao considerar do porcentual do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), valores brutos, o montante a ser distribuído entre as Prefeituras, nesta segunda-feira, 10 de outubro, chega a 2.623.605.459,44.

Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), em termos nominais, o Fundo apresenta crescimento de 3,19% em comparação com o primeiro decêndio de outubro de 2015, sem considerar os efeitos da inflação. Quando se considera o impacto inflacionário, o decêndio apresenta redução expressiva de 4,09% no valor real dos repasses.



Do início do ano até agora, o FPM acumula R\$ 62,604 bilhões, nominalmente. Pouco menos que o montante repassado no mesmo período do ano passado, de R\$ 62,788. Nesse aspecto, os economistas da Confederação esclarecem que, em termos nominais, o somatório dos repasses reduziu 0,29%, e isso significa menos recursos no valor efetivamente transferido.

Acumulado

“É importante frisar que no montante acumulado no ano não estão incluídos os valores do 0,5% de 2015 e o 0,75% de 2016, decorrente da emenda constitucional 84/2014, que foi uma conquista da CNM”, indica o levantamento. Ainda conforme o documento, ao considerar os efeitos danosos da inflação, o Fundo em 2016 tem retração bem mais expressiva: 8,89% menor do que o mesmo período do ano anterior.

Mesmo com aparente aumento no Fundo, a CNM relata constantes queixas dos gestores municipais, que apontam a expressiva redução do valor do Fundo. Por se tratar ano final de mandato, a CNM recomenda atenção, mais planejamento e reestruturação dos compromissos financeiros das Prefeituras, para que seja possível o fechamento das contas sem que haja ônus para os gestores municipais.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/municipios/381600/primeiro-repasse-do-fpm-de-outubro-sera-de-r-2-bilhoes>

Orçamento geral do Estado começa a ser analisado na próxima semana

Da Redação do Portal AZ | 8 de Outubro de 2016, 10:33



O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017 começa a ser analisado pela Assembleia Legislativa na próxima semana. A proposta orçamentária estima receita e fixa a despesa em R\$ 11.504.336.793,00 - o que representa um crescimento nominal de 1,02%.



A mensagem, lida em plenário na terça-feira (4) pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Themístocles Filho (PMDB), estabelece que o valor final do Orçamento será de R\$ 9.257.335.807,00, deduzidas as contribuições do Estado ao Fundeb e as transferências constitucionais aos municípios.

Após a definição do relator entre os membros da Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, a matéria será debatida com os representantes dos demais Poderes e órgãos auxiliares. Em seguida, os deputados vão poder propor emendas, contemplando obras e serviços que considerem prioritários.

O OGE estabelece as prioridades e as metas que deverão ser atingidas no próximo ano, levando em conta a contenção de despesas correntes, principalmente em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Orçamento também levou em conta “o cenário de crise econômica mundial, iniciada em setembro de 2008 e que perdura até o presente, afetando fortemente a economia brasileira e trazendo reflexo à economia local, onde se vislumbra o prolongamento dos efeitos da crise no ano vindouro”, como adverte Wellington Dias na Mensagem.

A proposta estabelece políticas públicas que priorizam os investimentos e a qualidade das obras e serviços de Saúde, Educação, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Segurança Pública, Justiça Social e Cidadania, “buscando como resultado da implementação de programas e ações governamentais, promover o desenvolvimento sustentável do Estado com inclusão social”.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/381568/orcamento-geral-do-estado-comeca-a-ser-analisado-na-proxima-semana>